



ESTADO DO CEARÁ

MENSAGEM Nº. , de 15 de outubro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à consideração desta Augusta Assembléia Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, para fins de apreciação e aprovação, o Projeto de Lei que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2010, em cumprimento ao disposto nos Arts. 88, inciso III e 203, § 3º, inciso VI, da Constituição Estadual, e nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados e Municípios e do Distrito Federal e, ainda, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

O presente Projeto de Lei compreende o orçamento fiscal, referente aos três Poderes Estaduais, Ministério Público, fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta e empresas estatais dependentes, incluindo-se as fundações legalmente instituídas e mantidas pelo Poder Público. Além disso, contempla ainda o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos estaduais a ela vinculados, da administração direta e indireta, e o orçamento de investimento das empresas controladas em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social votante.

A programação orçamentária de 2010 reflete o compromisso da minha administração com prioridades para programas e ações considerados estratégicos por sua capacidade de impactar e construir, a médio e longo prazos, o projeto de

desenvolvimento do Estado evidenciado no Plano Plurianual 2008/2011, além de serem objeto, durante o processo de execução, de técnicas de gestão voltadas para resultados, com instâncias de decisão e formas de monitoramento e avaliação diferenciadas.

Ressalto o compromisso com o processo que balizou a elaboração do PPA 2008 – 2011, caracterizado pela participação e discussão da sociedade das prioridades e metas da administração estadual, bem com o envolvimento direto dos órgãos setoriais e agentes técnicos na elaboração e execução dos orçamentos anuais, objetivando sempre o aprimoramento desses processos.

Do ponto de vista fiscal, continuaremos na linha de gestão de uma política responsável, visando à melhoria da qualidade da tributação, o combate à sonegação, à evasão e elisão fiscal e o aprimoramento dos mecanismos de arrecadação e fiscalização, almejando aumentar o universo de contribuintes e, por consequência, a arrecadação estadual.

O orçamento de 2010 foi elaborado com base nas diretrizes orçamentárias da LDO 2010, com previsões de crescimento moderado para a economia do Brasil. Contudo, para 2010, estamos otimistas com a perspectiva de recuperação econômica mundial, pois as medidas adotadas pelos governos das principais nações aparentemente surtem os efeitos, indicando que a deterioração das principais economias do mundo já perdeu muito a sua velocidade. A melhora dos mercados é um reflexo positivo de que novos cenários promissores para a economia se desenham.

Do ponto de vista das finanças públicas do Estado, o Balanço Geral referente ao exercício de 2008, revela resultados positivos sobre todos os aspectos, orçamentário, financeiro, patrimonial e contábil. Ressalto que o Estado do Ceará conseguiu obter superávits financeiros dos exercícios de 2007 e 2008 que superaram a cifra de R\$ 1,0 bilhão e possui uma carteira de empréstimos com condições de assegurar um crescimento dos investimentos nos próximos anos.

Desta forma, a proposta orçamentária de 2010 está estimada em R\$ 13.805,3 milhões, sendo que o Orçamento Fiscal representa o montante de R\$ 10.289,5

milhões, o Orçamento da Seguridade Social, R\$ 3.190,6 milhões, e o Orçamento das Estatais controladas pelo Estado , R\$ 325,2 milhões.

Além da composição legal exigida para os orçamentos anuais, a proposta orçamentária de 2010 traz em si a continuidade do projeto de governo para viabilização do Plano Plurianual e dos compromissos que assumi perante a sociedade cearense.

A expectativa é de que no triênio 2009 – 2011 os investimentos públicos ultrapassem a cifra de R\$ 3,0 bilhões. Destacam-se os investimentos turísticos do Centro de Eventos do Ceará, construção e duplicação de rodovias, a conclusão do primeiro estágio da linha sul do Metrofor, o Eixo das Águas para garantir oferta hídrica ao Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, ampliação da infraestrutura do terminal portuário do Pecém, implantação da Siderúrgica e da Refinaria do Pecém, Drenagem e Urbanização do rio Maranguapinho, e investimentos dos Programas Habitacional, Saneamento Básico, Cidades do Ceará, Rodoviário III, PROARES e o PRODETUR Nacional, Energia Renovável, Cinturão Digital, Aeroportos Regionais, etc., além dos investimentos sociais em educação e saúde, com a construção das escolas profissionalizantes, centros de educação infantil, escolas de ensino médio, policlínicas e os Hospitais Regionais do Cariri e da Região Norte, e a ampliação do programa Ronda, dentre muitas outras intervenções contempladas na proposta orçamentária de 2010.

Para dar continuidade à estratégia de racionalidade dos gastos governamentais, cuja orientação permite a ampliação das ações finalísticas e melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade, a diretriz do meu governo busca intensificar o controle dos custeios administrativos e com pessoal, observando-se, para esta última rubrica, sempre os limites legais da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dentre algumas medidas administrativas de controle e racionalização dos gastos de custeio administrativo que vêm se processando no meu governo, destaco os projetos focados na padronização e controle das terceirizações, contratação de serviços e compras corporativas, redesenho dos processos; planejamento das licitações, compras de medicamentos e outras medidas de controle e de gestão dos projetos de investimento do Estado.

As despesas finalísticas de natureza continuadas, classificadas no orçamento na rubrica “Outras Despesas Correntes”, foram projetadas para permitir ao Estado avançar na oferta de serviços públicos essenciais com qualidade. Nesse sentido, os setores de educação, saúde, segurança e assistência social estão entre as áreas que demandam o maior volume de recursos no orçamento de 2010.

Em relação aos servidores estaduais, a proposta orçamentária de 2010 prevê recursos para assegurar a revisão geral anual dos salários, vantagens, proventos e pensões, com base na inflação anualizada de junho de 2009 a julho de 2010, o crescimento vegetativo da folha de pagamento relativo à progressão do funcionalismo nas carreiras, o ingresso de pessoal decorrente dos novos serviços disponibilizados à sociedade e a previsão de aumentos acordados com algumas categorias.

Os juros e encargos da dívida, assim como as amortizações, foram estimados considerando os contratos já firmados e aqueles que se apresentam em avançado estágio de negociação, os quais deverão ser acordados ainda no exercício de 2009.

A expectativa de crescimento dos investimentos em 2010 continuará sendo viabilizado pelos recursos do Tesouro estadual, operações de crédito e pelas transferências voluntárias do Governo Federal para execução dos projetos no âmbito do PAC.

Ressalte-se que a elaboração da proposta orçamentária de 2010 foi precedida de processo de consulta à sociedade, realizado por meio de 14 oficinas nos territórios de identidade integrantes das macrorregiões do Estado, contando com a presença de 2.431 participantes.

Por último, e não menos importante, ratifico o meu compromisso retratado nos objetivos desta lei, que têm na sua gênese, a concretização de um governo com um novo jeito de fazer, exercitando uma nova relação entre o Estado e a sociedade, com práticas de participação, transparência, ética e consolidação da cidadania e do controle social por parte da população cearense.

Demonstrada a relevância da matéria, solicito o especial apoio de V.Exa. no regular encaminhamento e tramitação desta proposição, esperando contar com sua aprovação.

Na oportunidade, reitero a V.Exa. e aos ilustres deputados dessa Augusta Casa do Povo, protestos de elevado apreço e de distinguida consideração.

CID FERREIRA GOMES

Governador

EXCELENTÍSSIMO SR.

DEPUTADO DOMINGOS GOMES DE AGUIAR FILHO

PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO CEARÁ